ESTUDO SOCIOECONÔMICO E FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA DO ARARI, SALVATERRA E SOURE

SUMÁRIO EXECUTIVO

Coordenação

Luciana Medeiros Alves
Rafael Feltran-Barbieri
Manuel Almeida Amaral Neto
Fabíola Zerbini

Equipe Técnica

Alison Castilho
Katiuscia Miranda
Elcio Nascimento
Lara Vaz
Jordano Roma Buzati

São Paulo
Outubro de 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

O estudo socioeconômico e financeiro tem como objetivo apresentar dados sobre a dinâmica econômica das comunidades que compõem os municípios de Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure como subsídio a modelagem de arranjos de Sistemas Agroflorestais que possam ser apoiados pelo Fundo Verde do Clima como estratégia de adaptação às mudanças climáticas, promovendo resiliência, manutenção e sustentabilidade econômica, social e ambiental para as populações residentes nesses territórios.

As principais mensagens identificadas e que devem ser consideradas no projeto são apresentadas a seguir:

1. O projeto focou em famílias quilombolas, com renda familiar média entre 1 e 2 salários-mínimos, residentes na zona rural, com rendimentos compostos por atividades extrativistas sazonais, comercialização incipiente de produtos e sub-produtos florestais, com importante componente de políticas públicas de transferência de renda. Mulheres têm protagonismo, seja na liderança comunitária, na organização cooperativa ou nas atividades agroflorestais, em especial nos quintais.
2. As famílias, além de submetidas a riscos de segurança alimentar e climática, vivem em áreas coletivas não reconhecidas pelos órgãos públicos federais ou estaduais, portanto com seus modos de vida ameaçados e sucessão vulnerável. Direitos de posse, coordenação institucional, incentivos financeiros e sistemas de monitoramento são gargalos que precisam ser estruturados para que soluções baseadas na natureza para os desafios climáticos sejam incorporadas como ações primordiais no território, garantindo ainda autonomia das comunidades, equidade de gênero na distribuição dos benefícios e segurança alimentar.
3. Entre os fatores que causam a vulnerabilidade das famílias estão as mudanças climáticas, que podem afetar a disponibilidade dos recursos naturais de que dependem para consumo e geração de renda e, por consequência, sua segurança alimentar. Em adição, a ausência de titulação das terras – individuais e coletivas - pelos órgãos públicos federais ou estaduais, coloca essas famílias em situação de insegurança jurídica e pode afetar a sustentabilidade dos projetos.
4. Os resultados econômico-financeiros dos arranjos de sistemas agroflorestais propostos se mostraram positivos e com perspectivas que podem impactar significativamente no combate à vulnerabilidade climática e social, considerando-se projetos com taxa de desconto de 4,36% (taxa social de desconto no Brasil) e horizonte de 20 anos, sendo 1 ano de implementação e 19 anos de manutenção.
5. Os custos anuais de investimentos para implementação dos sistemas agroflorestais em 1 hectare variam entre aproximadamente U$ 400 (SAF Quintal), U$ 2,400 (SAF Diverso II) e U$ 3000 (SAF Diverso I), com retornos entre 30 e 50%, capazes de gerar rendas acima das rendas obtidas pelos sistemas atuais (valores referenciais de BAU). Os custos de operação anuais variam entre U$ 683 (SAF Diverso I e II) e U$ 356 (SAF Quintal).
6. O custo total a ser pago pelo projeto (Project Outgoings) para a implementação de 1000 há de sistemas agroflorestais variam entre aproximadamente U$ 4,354 (SAF Diverso I), U$ 3,807 (SAF Diverso II) e U$ 1,891 (SAF Quintal). Os demais custos devem ser cobertos em forma de trabalho pelo beneficiário, bem como desembolsos que esse último deve fazer a partir do quarto ano, utilizando-se das receitas obtidas no negócio para custear os custos de manutenção bem como de colheita.

7. Considerando o cenário Business as Usual (BAU), é possível observar a tendência positiva de Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) de ambos os SAF – Diverso I e Diverso II – sendo que o primeiro ultrapassa o segundo a partir do 14º ano de implementação. Ambos os modelos superaram o cenário BAU no longo prazo. Ressalta-se que nenhuma atividade sazonal fica de fora. Apenas as atividades agrícolas são comparadas, de modo que o SAF é uma alternativa aos sistemas atuais, mas não a outras fontes de renda não agrícolas.

RECOMENDAÇÕES

- A conexão de cadeia agroindustrial abre a possibilidade de convergência estratégica de investimentos em diversidade de produtos rurais com processamento similar (frutos e açaí), diminuindo o risco de se apostar em variedades de produtos diferentes para os quais os mercados podem ser muito diferenciados em escopo, o que pode pulverizar as ações. Atualmente, os mercados acessados diretamente por agricultores familiares de forma coletiva são os programas institucionais de aquisição de alimentos, com demandas de produtos locais para alimentação escolar e mercado privado especialmente do açaí.
- Priorizar modelos de SAF segundo critérios de adaptação e resiliência ecológica, considerando também fatores econômicos, socioculturais e de equidade. Os modelos de SAF apresentam *trade-off* quanto aos custos de implementação segundo a escala de tamanho, opções de financiamento, necessidade de inversões dos beneficiários, entre outros fatores. A opção por modelos de SAF em unidade de 1 há e, ou menores como os analisados (SAF Diverso I, SAF Diverso II e SAF Quintal), pode favorecer a obtenção de resultados positivos em termos econômicos, sociais e ambientais, com a justa distribuição de benefícios e a esperada provisão e manutenção de serviços ecossistêmicos de acordo com o nível de maturidade desses sistemas. Ademais, contribui para maior inclusão das mulheres nos modelos a serem impulsionados, a partir de seu papel na economia local.
- Ampliar a inclusão dos produtos derivados dos sistemas agroflorestais nos mercados institucionais e locais. Pela proximidade geográfica, previsibilidade de demanda e estabilidade dos preços essas opções de mercado podem favorecer o fortalecimento de uma economia local baseada nos produtos dos SAF. No caso dos mercados institucionais, o desenho desses programas estimula a diversificação produtiva que, por sua vez, pode diminuir os riscos associados a choques de oferta (por exemplo, promovidos por extremos climáticos) na produção de determinados produtos impactando negativamente a segurança alimentar e nutricional, além da geração de renda das famílias locais.
- Alinhar as propostas de projetos aos interesses da juventude rural e das mulheres. A participação dos jovens é estimulada pelas famílias, sobretudo as mulheres, que transmitem o conhecimento através da prática, no cotidiano das tarefas produtivas, estimulando a permanência desses jovens na comunidade. Entretanto, a penosidade do trabalho e falta de apoio é um dos principais entraves na continuidade desses jovens nas comunidades. Facilitar processos de participação dos jovens e mulheres desde a formulação dos objetivos de projetos e políticas públicas, até o monitoramento das

atividades e avaliação dos resultados é essencial para promover a equidade de oportunidades de inclusão e redução das desigualdades.

- Apostar em fábricas de polpas de frutas se a intenção do projeto for estimular agregação de valor para além da produção rural. Conforme estudo para Plano de Negócios, o modelo da fábrica de polpa de frutas realizado para CAFAS tem potencial para ser extrapolado para outras comunidades quilombolas de Salvaterra, ainda que com resultados mais modestos, mas positivos. No caso da Cafas, além dos resultados financeiros promissores da expansão da fábrica, sua composição formada por mulheres pode contribuir para a difusão de um modelo socioeconômico inclusivo que considera as mulheres como protagonistas da cadeia produtiva de produtos agroflorestais.
- Considerar SAF Diverso I com ênfase em frutas de alta preferência local, como as sugeridas neste plano, e que possam ofertar matéria-prima às fábricas de polpa. O diferencial deste modelo de SAF reside no potencial de aliar os critérios de preferência de consumo local e de oferta para abastecimento das fábricas de polpa. Em adição, a diversificação de produtos deste SAF oferece uma solução com maior capacidade de resiliência a efeitos de choques (por exemplo, climáticos) sobre as fontes de consumo e renda das famílias produtoras e, por extensão, ao mercado consumidor. Oferece, portanto, segurança alimentar às famílias e suaviza eventuais efeitos de flutuações nas fontes de renda agrícolas.
- Entre os riscos pode-se destacar a insegurança jurídica relacionada a situação fundiária, dado que os territórios quilombolas visitados não possuem titulação definitiva da terra. A falta de sementes de espécies nativas para compor os SAF, a oferta de sementes mapeada é insuficiente para dar escala aos SAF. Os altos custos dos insumos devido às distâncias dos mercados fornecedores e falta de infraestrutura para acesso. Por último, a capacidade dos beneficiários em prover a contrapartida em trabalho ou financeira a manutenção dos SAF.
- Direitos de posse, coordenação institucional, incentivos financeiros e sistemas de monitoramento são gargalos que precisam ser estruturados para que soluções baseadas na natureza para os desafios climáticos sejam incorporadas como ações primordiais no território, garantindo ainda autonomia das comunidades, equidade de gênero na distribuição dos benefícios e segurança alimentar.